

ESTRUTURAÇÃO URBANA E CENTRALIDADE

Maria Encarnação Beltrão Sposito*

Ossa proposta é provocar a discussão em torno do tema o centro das cidades, questionando a abordagem sobre suas formas de expansão e crescimento, levantando a seguinte pergunta: Podemos designar como expansão do centro, a forma como as atividades consideradas tipicamente centrais (comércio e serviços) vêm se relocando no interior das cidades, tanto a partir da dimensão que as cidades têm atingido no seu processo de metropolização, como a partir da dimensão/nível de capitalização e expansão da área de atuação das grandes empresas do setor comercial e de serviços?

Queremos então, abrir a discussão em torno do centro/centralidade urbana, pois ao nosso ver, a análise do processo de produção e estruturação das cidades, tem que passar necessariamente pelo entendimento do papel do centro. Esta questão encontra-se inserida na e indispensável para a discussão do processo de crescimento territorial das cidades. Não é possível discutir a implantação de loteamentos e periferação sem falar de entro/centralidade; falta de equipamentos e infraestrutura urbana, sem falar de concentração destas melhorias no centro; espaço de reprodução da força de trabalho, sem falar no espaço de circulação e de produção de serviços; de verticalização, sem tocar na questão da centralidade simbólica.

Não é possível entender cada um destes processos/aspectos/facetas sem remeter à análise do todo, porque entendemos que a soma dos fragmentos não é caminho para a apreensão da totalidade, do real multifacetado, é apenas a colagem, apenas a justaposição das partes, descrição das facetas. E a descrição das partes levada ao limite bloqueia o pensamento e nos impede de articulá-las.

A primeira tarefa que nos colocamos é a da aclarar o uso da expressão estruturação urbana. Historicamente, a Geografia Urbana vem utilizando o termo estrutura urbana para designar o arranjo dos diferentes usos de solo no interior das cidades; a estrutura seria então, como o mosaico-resultado deste processo de alocação/relocação das atividades econômicas e das funções residencial e de lazer nas cidades. Para CASTELLS (1972:146-147): “O espaço é estruturado, quer dizer ele não está organizado ao acaso, e os processos sociais que se ligam a ele exprimem, ao especificá-los os determinismos de cada tipo e de cada período da organização social”. Neste sentido, a cidade é ao mesmo tempo, o lugar da produção e do consumo, e os espaços serão consumidos tanto para a produção de bens e serviços, como para a reprodução da força de trabalho, e para a circulação, permitindo que a troca se realize.

* Professora junto ao Departamento de Geografia Humana e Regional da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente – UNESP, Estado de São Paulo, Brasil.

Este processo de consumo/(re)utilização dos terrenos disponíveis e/ou ocupados é contínuo e não pressupõe áreas de uso de solo exclusivos. A acentuação da divisão social do trabalho, provocou a divisão territorial do trabalho, e o que se tem é um lugar de produzir, outro para comercializar, outra para morar, outro para o lazer. Todas estas “funções” não se encontram homoganeamente em setores exclusivos. Podemos reconhecer setores de predomínio de um uso de solo Por outro lado, temos uma divisão social do espaço (na emergência da qual encontramos a própria origem das cidades, há 5.5000 anos), e o que se tem é uma distribuição sócio-econômica da “função” residencial.

Historicamente, este processo é dinâmico, e no modo capitalista de produção tanto a produção da cidade (crescimento territorial horizontal e vertical) como o seu consumo (localização dos diferentes usos de solo) está subordinado às leis de mercado, e determinado pela instituição da propriedade privada da terra, que lhe dá o carácter de mercadoria, e permite a realização da renda da terra.

Assim, preferimos o uso da expressão estruturação para garantir a passagem da idéia de que esta organização/desorganização da cidade contém a dinâmica do próprio processo social que a determina, sendo a estrutura em cada corte do tempo do processo de estruturação, também determinante dos momentos seguintes do processo.

Em segundo lugar, é interessante apontar algumas características da área central.

No interior da cidade, o centro não está necessariamente no centro geográfico, e nem sempre ocupa o sítio histórico onde esta cidade se originou, ele é antes de tudo ponto de convergência, é o nó do sistema de circulação, é o lugar para onde todos se dirigem para algumas atividades, e em contrapartida é o ponto de onde todos se deslocam, para a interação destas atividades aí localizadas com as outras que se realizam no interior da cidade ou fora dela. Assim, o centro pode ser qualificado como integrador e dispersor ao mesmo tempo.

Esta qualidade pressupõe, provoca e reforça o traço concentrador desta área, permitindo dizer que mesmo que a dimensão ou uma nova dinâmica da divisão territorial do trabalho provoque a emergência de outros “centros”, o principal e cada um deles desempenha um papel de concentricidade, ou seja, é para diferentes setores da cidade e para diferentes escalas de atuação/atração, uma área de interesse e de convergência. LEFÉBVRE (1983:46) entende que: “Na maioria dos caos, o centro urbano implica e propõe concentração de tudo o que se dá no mundo, na natureza e nos cosmos: produtos da terra, produtos industriais, obras humanas, objetos e instrumentos, atos e situações, signos e símbolos”.

Assim é que, contraditoriamente, ao manifestar a concentração de múltiplos papéis, tanto mais necessariamente concentrados e hierarquizados organizadamente na área de melhor acessibilidade no interior das cidades, o centro é resultado do processo de crescimento delas. Em outras palavras, quanto mais se acentua a divisão social do trabalho, mais capital se concentra, o que quer

dizer especialização dos lugares, mas também um lugar de concentração que é o centro, uma área no interior da cidade, onde a circulação e as trocas das mercadorias e do dinheiro vão se realizar rapidamente, um lugar de estímulo ao próprio consumo de bens e serviços. Para CASTELLS (1982:65):

“A exposição referente á crise dos centros urbanos deve partir da análise do processo de formação da centralidade urbana. A centralidade urbana proveio, em primeiro lugar, da expressão a nível de espaço do que os estudiosos chamam a algum tempo de divisão social do espaço. Quer dizer, à medida que há distintas atividades e distintos níveis sociais ligados a estas atividades, esta divisão se espacializa e, ao espacializar-se, tem, a um só tempo, elementos de diferenciação, tanto a nível social como espacial.

Os centros urbanos são expressão desta coordenação necessária das atividades e categorias sociais em sua dimensão espacial. Isto é, os centros urbanos são a organização, espacial da configuração, do intercâmbio e da coordenação, na sua relação com o processo da divisão social do trabalho”.

Aqui (re)abrimos a discussão sobre as formas de expansão da área central, para começar a qualificar esta expansão e rever a própria concepção de centralidade.

Mesmo sem ter realizado um levantamento pormenorizado (o que lembra a possibilidade/necessidade de múltiplas pesquisas em muitas cidades), podemos dizer, que até meados da década de 70, as cidades brasileiras até um determinado porte, tinham praticamente um centro único e monopolizador, com forte concentração de atividades comerciais e de serviços.

O crescimento populacional destas cidades levava estas áreas centrais a um processo de expansão, através da absorção de áreas/setores limítrofes ao centro, através do afastamento de sua população residencial e a transformação de seu uso de solo em comercial e de serviços, via demolição de construções residenciais e construções de novas edificações ou demolição das mesmas, adequando-as ao comércio e/ou serviços. Esta expansão do centro, não foi um processo de absorção/trans formação linear e homogêneo das áreas justapostas a ele, mas revolou uma heterogeneidade que muitas vezes permitiu a existência de áreas de degradação – “vácuos” funcionais, e em outros casos, a rápida ou gradativa transformação do uso residencial de padrão médio ou alto em uso comercial e de serviços, permitindo convivência temporal destes usos.

Nas cidades maiores, sobretudo aqueles de escala metropolitana, este processo de expansão do centro foi acompanhado da emergência de sub-centros, face ao seu crescimento territorial e à conseqüente impossibilidade de permanência de um único centro cumprindo o papel comercial e de serviúnico centro cumprindo o papel comercial e de serviços, por causado aumento das distâncias ao centro principal, e ineficiência do sistema viário e de transporte coletivo, dificultando o acesso a ele.

Tais sub-centros podem ser caracterizados como áreas onde se alocam as mesmas atividades do centro principal com diversidade comercial e de serviços, mas em escala menor, e com menor incidência de atividades especializadas. Na maior parte das vezes, surgiram em áreas distantes do centro e de densidade habitacional alta, constituindo-se centros “regionais” no interior da estrutura urbana, e pequenos nódulos de convergência de transporte coletivo.

No processo de estruturação mais recente das cidades brasileiras, observamos a localização de atividades terciárias tipicamente centrais ao longo de vias de maior circulação de veículos, traduzindo-se na configuração de eixos comerciais e de serviços importantes.

Denominamos este processo como de desdobramento da área central, e o diferenciamos do processo de expansão desta área, ou da emergência de sub-centros. A nosso ver, as diferenças são as seguintes:

Não são áreas contínuas ao centro principal ou aos sub-centro, não podendo, portanto, ser caracterizadas como de expansão geográfica das mesmas.

Caracterizam-se pela localização de atividades tipicamente centrais, mas de forma especializada. Ou seja, nelas não se reproduz a alocação de todas as atividades tradicionalmente centrais, mas selecionadamente de algumas destas. Daí, a caracterização do processo como de desdobramento da centralidade (ao invés de reprodução da localização das atividades centrais em menor escala, como o que se observa nos sub-centros), como se o centro se multiplicasse, desdobrando-se especializadamente em outros eixos da estrutura urbana.

O nível de especialização destes eixos de desdobramento da centralidade, é funcional e/ou sócio-econômico. Em muitos casos, neles alocam-se predominantemente estabelecimentos ligados a um tipo de atividade.

Esta especialização se traduz na procura dos segmentos de maior poder aquisitivo do mercado, que progressivamente “abandonam” o comércio e os serviços do centro tradicional. Ressaltamos, que estas vias de desdobramento da área central, cortam nestes casos, áreas de uso residencial de padrão mais elevado, procurando atingir uma determinada clientela, e ao mesmo tempo construir uma imagem de área de comércio seletivo. Para se distinguir, estão fora do centro principal, caracterizado até um certo período, por atender a totalidade do mercado consumidor no que se refere aos segmentos sócio-econômicos; e ainda, procuram eixos de fácil acesso através do transporte particular.

Outra forma de localização das atividades tradicionalmente centrais, que no Brasil emergiu reestruturando os espaços urbanos das metrópoles a partir dos anos 70, e se generalizou (inclusive para as cidades de porte médio) na década de 80, são os shoppings centers.

Aparentemente, os shoppings poderiam ser identificados como “herdeiros” dos hipermercados, até porque é frequentemente a associação localiconal das duas modalidades comerciais. Contudo, quando observamos quais as atividades que se desenvolvem num shopping, constatamos que apesar dos hipermercados, ele se constitui uma reprodução, em nova localização, de atividades que tradicionalmente ocupavam o centro principal e/ou outros eixos comerciais no interior da cidade. Tais atividades são, principalmente, comerciais e de serviços (estes ligados ao lazer como cinemas, restaurantes, lanchonetes, e eventualmente serviços bancários).

Assim, apesar da localização associada hipermercado – shopping, é possível distingui-los e identificar o último como nova expressão da centralidade, como produção de nova centralidade, na medida em que através da concentração de um conjunto de estabelecimentos voltados ao comércio e aos serviços, em uma nova localização, recria-se a centralidade, ou seja, reúnem-se em outro locus as mesmas qualidades de concentração que se encontram no centro, associadas a um novo modelo de acessibilidade, já que os shoppings são alocados próximos a vias expressas e conjugam grandes áreas de estacionamento.

Ao contrário dos eixos de desdobramento da área central, cada vez mais caracterizados por um nível maior ou menor de especialidade funcional, os shoppings podem ser identificados por uma multiplicidade funcional (talvez, não tão ampla quanto a do centro tradicional), mas por uma especialização sócio econômica, na medida em que se voltam para clientelas de maior poder aquisitivo, oferecendo facilidades de acesso para o transporte individual, abrigo, segurança, beleza arquitetônica, etiquetas enfim de “distinção social”.

A partir da caracterização das formas de crescimento da área central, pretendemos estar revendo a concepção de centro único e discutindo as expressões desta centralidade.

O que verificamos é a emergência de múltiplas formas de localização das atividades tradicionalmente centrais no interior da área urbana, modificando sua estruturação.

Aparentemente estas constatações poderiam denotar um processo de descentralização no interior da cidade, revendo e virando pelo avesso a estruturação urbana. É preciso avaliar esta descentralização, porque não revela dispersão ou distribuição das atividades tradicionalmente centrais pela cidade, mas ao contrário revela novas formas de centralidade. Ao negar a concepção de centro único e monopolizador, recria a centralidade, multiplicando-se, através da produção de novas estruturas que permitem novas formas de monopólios, porque (re) especializam e (re) espacializam as atividades comerciais e de serviços, reproduzindo em outras áreas da cidade as condições e qualidades centrais.

Sobre estas novas formas de (re) produção da centralidade, voltamos a reforçar seu caráter de estratificação sócio-espacial e portanto de estratificação urbana, revelando em muitos casos até uma segregação urbana.

Assim, o ir e vir, o ter acesso, e, no sentido que Lefébvre deu à expressão – o ter direito à cidade, não dependem de uma legislação que zoneia a cidade e a circulação das pessoas conforme seu padrão sócio-econômico, ou tampouco da exigência de um “ticket” ou comprovante de renda para se passear num shopping, mas esta acessibilidade vai estar mediada pelas possibilidades/dificuldades de circulação e transporte, pelo poder/não poder maior ou menor de compra, pela proximidade/distância de suas moradias, pelas maiores ou menores jornadas de trabalho (para não frisar outras determinantes secundárias como status profissionais, níveis de instrução ou mesmo filiação étnica), enfim, em função da capacidade social dos indivíduos, sendo portanto socialmente determinado.

Para entender melhor esta (des)concentração que produz novas centralizações, revê e reforça (embora, aparentemente destrua) a centralidade, é necessário avaliar um pouco das repercussões espaciais dos processos de concentração e centralização econômica, que se verificam sob o capitalismo oligopolista.

Esta concepção decorre da postura de que é necessário definir o centro e as novas expressões da centralidade não por eles mesmos, ou pela descrição e definição de novas formas espaciais decorrentes (nem apenas conteúdo, nem apenas forma), mas em função de uma estrutura urbana sempre em processo, e portanto estruturação urbana, que é reveladora do próprio papel que as cidades desempenham no estágio monopolista do capitalismo.

Refletindo sobre o conteúdo econômico de centro urbano, e das atividades que lhe são características – troca de bens e serviços e coordenação de outras atividades que lhe são características – troca de bens e serviços e coordenação de outras atividades que não estão localizadas necessariamente no centro (como a gestão administrativa, financeira e política), vamos nos remeter mais especificamente à idéia de necessidade de expansão de meios de consumo individual, considerando-se que a principal base espacial do consumo está expressa no centro, e nas novas formas espaciais de manifestação da centralidade.

A nosso ver, ao constatamos a necessidade imperiosa do sistema econômico de ampliar o consumo de massa, e por outro lado, o nível de concentração econômica, que observamos no interior do sistema (o qual requer e conduz a uma concentração espacial dos meios necessários à produção decorrendo daí o aumento cada vez maior das cidades, e muitas vezes o seu arranjo em áreas metropolitanas), verificamos que são exigidas mudanças de carácter estrutural na organização interna destas áreas urbanas, para atender de um lado esta necessidade estrutural de ampliação do consumo individual, e do outro, e também pela razão exposta, aproximar-se dos consumidores de forma seletiva.

Consideramos fundamental reforçar o entendimento já explicitado neste artigo de que este processo não pode ser avaliado como de desconcentração/descentralização ou dispersão/difusão das atividades de troca e gestão que estão associadas à noção de concentração, na medida em que reproduz as formas de centralidade, ao se exprimir numa “poli(multi)centricidade”, e portanto, numa estrutura urbana multinuclear, que caminha para uma segregação espacial.

Por fim, voltamos à questão da renda fundiária urbana. Face à instituição da propriedade privada da terra sob o modo capitalista de produção, o acesso às diferentes localizações no interior da cidade, e portanto ao centro tradicional estão controladas pelos proprietários e acessíveis conforme a possibilidade maior ou menor dos capitalistas de pagar um preço por esta localização, quase sempre de monopólio.

Assim, delibera-se um processo de concorrência entre as atividades econômicas localizada na área central (na medida em que o preço da terra aumenta), que ao mesmo tempo vai “espulsando” o uso de solo residencial, e “estimulando” a procura de novas localizações mais baratas, desde que novas formas de centralidade possam ser reproduzidas. É neste processo, que o capital de forma organizada cria novas áreas de concentração (como os shoppings), ou de forma não articulada reproduz a centralidade (sub-centros ou áreas de desdobramento da área central), desde que o custo das novas localizações propiciem aos capitalistas manutenção de suas taxas de lucro.

Desta forma, as atividades tradicionalmente centrais ao se “descentralizarem”, ao se (re) localizarem em novas centralidades, ao mesmo tempo em que revelam-se repercussões espaciais dos processos de concentração e centralização econômica, que requerem a expansão de meios de consumo individual, provocam a permitir a separação sócio-espacial no interior da cidade.

Para reforçar este entendimento basta lembrar que tais mecanismos de (re)estruturação urbana manifestam-se não apenas nas áreas metropolitanas, o que poderia ser avaliado apenas como decorrência de seus processos de concentração populacional e expansão territorial, mas também em cidades de porte menor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. Geografia Urbana. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1980:339-364.

CASTELLS, Manuel. A Intervenção administrativa nos grandes centros urbanos. Espaço & Debates. São Paulo, NERU e Cortez, 6:64-75, 1982.

CASTELLS, Manuel. A Questão Urbana. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

CASTELLS, Manuel. Cidade, democracia e socialismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

CORDEIRO, Helena K. O centro da metrópole paulistana. São Paulo, USP-IG, 1980.

GEORGE, Pierre. Geografía Urbana. São Paulo, DIFEL, 1983.

JOHNSON, Jame. Geografia Urbana. Barcelona, Oikos-tau, 1974.

LEFEBVRE, Henri. La revolución urbana. Madrid, Alianza, 1983.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo, Documentos, 1969.

LOJKINE, Jean. O Estado capitalista e a questão urbana. São Paulo, Martins Fontes, 1981.

PADILLA, C.S. Fenomeno urbano y institucionalizacion. Ciudade y territorio. Madrid, IEAL, 3:7-11, 1978.

SANTOS, Milton. Manual de Geografia Urbana. São Paulo, Hucitec, 1981:181-182.